



CADERNO DE ENCARGOS

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRATAMENTO
CONTRA O CANCRO DO CATANHEIRO
ATRAVÉS DA UTILIZAÇÃO DE ESTIRPES
HOPOVIRULENTAS DE CRYPHONECTRIA
PARASITICA

2023

Índice

Parte I Do Contrato.....	3
Artigo 1.º Objeto	3
Artigo 2.º Local da prestação do Serviço.....	3
Artigo 3.º Forma e documentos contratuais.....	3
Artigo 4.º Duração do contrato	4
Artigo 5.º Obrigações do adjudicatário.....	4
Artigo 6.º Obrigações da entidade adjudicante	5
Artigo 7.º Dever de sigilo.....	5
Artigo 8.º Prazo do dever de sigilo	5
Artigo 9.º Proteção de dados pessoais e RGPD	5
Artigo 10.º Patentes, licenças e marcas registadas.....	7
Artigo 11.º Alterações ao contrato	7
Artigo 12.º Deveres de colaboração recíproca e informação	8
Artigo 13.º Subcontratação	8
Artigo 14.º Sanções	8
Artigo 15.º Casos fortuitos ou de força maior	9
Artigo 16.º Preço base.....	9
Artigo 17.º Preço Contratual	9
Artigo 18.º Faturação e Condições de pagamento	10
Artigo 19.º Resolução por parte do contraente público.....	10
Artigo 20.º Resolução por parte do prestador de serviços	11
Artigo 21.º Caução.....	11
Artigo 22.º Uso de sinais distintivos	11
Parte II Especificações técnicas, requisitos, avaliação e monitorização	11
Artigo 23.º Níveis de serviço e requisitos técnicos, funcionais e ambientais	11
Artigo 24.º Modelo de reporte e Monitorização	12
Parte III Disposições Finais	12
Artigo 25.º Comunicações e Notificações	12
Artigo 26.º Foro competente	12
Artigo 27.º Direito aplicável	12
ANEXO A- Cláusulas Técnicas.....	13
ANEXO B – Especificações Técnicas.....	16

Parte I **Do Contrato**

Artigo 1.º **Objeto**

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, na sequência do procedimento pré-contratual, que tem por objeto principal a prestação de **“Serviços de tratamento contra o Cancro do Castanheiro através da utilização de estirpes hipovirulentas de Cryphonectria parasítica”**, nas condições descritas no Anexo A e B deste caderno de Encargos.

Artigo 2.º **Local da prestação do Serviço**

O Serviço será prestado no concelho de Vinhais, de acordo com a área de intervenção definida na clausula 2.ª do Anexo A.

Artigo 3.º **Forma e documentos contratuais**

- 1.** O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2.** O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a.** Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b.** Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c.** O presente caderno de encargos;
 - d.** A proposta adjudicada;
 - e.** Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3.** Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 1 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.
- 4.** Além dos documentos indicados no número 2, o fornecedor obriga-se, também, a respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, as especificações e homologações de organismos oficiais e fabricantes ou entidades detentoras de patentes.
- 5.** Em caso de divergência entre as obrigações a que se refere o número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicadas.

Artigo 4.º
Duração do contrato

- 1.** O contrato de prestação de serviços vigora por um período de **24 (vinte e quatro) meses**, a contar da data de celebração do contrato, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
- 2.** O contrato extingue-se atingido o seu termo ou o preço contratual.

Artigo 5.º
Obrigações do adjudicatário

- 1.** O adjudicatário obriga-se a executar o objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o know-how, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas.
- 2.** O adjudicatário tem de possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registo e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato.
- 3.** Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:
 - a.** Prestar serviços de tratamento contra o Cancro do Castanheiro através da utilização de estirpes hipovirulentas de *Cryphonectria parasitica* em 45.783 árvores;
 - b.** Prestar o serviço, conforme especificações do presente caderno de encargos;
 - c.** Comunicar antecipadamente à entidade adjudicante, logo que tenha conhecimento, o facto que torne total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços objeto do procedimento, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com a entidade adjudicante;
 - d.** Não alterar as condições de prestação de serviços;
 - e.** Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
 - f.** Proceder à execução dos serviços contratados, de acordo com as Cláusulas Técnicas referidas nos Anexos A e B do presente Caderno de Encargos, recorrendo a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados para o efeito, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo;
 - g.** Executar todos os trabalhos que, durante a execução do contrato se venham a mostrar necessários para a completa realização do objeto da prestação de serviços;
 - h.** Prestar as informações que forem solicitadas pelo IPB;
- 4.** No caso de se verificarem atrasos injustificados na execução de trabalhos, que sejam imputáveis ao adjudicatário, este é obrigado, a expensas suas, a tomar todas as medidas

de reforço de meios de ação e de reorganização do serviço necessárias à recuperação dos atrasos e ao cumprimento do prazo de execução,

5. Quaisquer pessoas que, no âmbito do contrato, exerçam funções por conta do prestador são, para todos os efeitos, consideradas como órgão ou agente do mesmo, respondendo este por todos os seus atos, sem prejuízo da responsabilidade que diretamente o IPB lhes possa exigir.

Artigo 6.º **Obrigações da entidade adjudicante**

Constituem obrigações da Entidade Adjudicante:

- a.** Celebrar o contrato ao abrigo do procedimento aquisitivo com a entidade prestadora do serviço;
- b.** Pagar, no prazo acordado, as faturas emitidas pelo Adjudicatário;
- c.** Monitorizar a prestação dos serviços no que respeita ao cumprimento das características técnicas, ambientais, prazos e requisitos dessa prestação.

Artigo 7.º **Dever de sigilo**

- 1.** O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao IPB, de que possa ter conhecimento ou em relação com a execução do contrato e deverão ser respeitados os princípios éticos e deontológicos aplicáveis.
- 2.** A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado, direta e exclusivamente, à execução do contrato.
- 3.** Exclui-se do dever de sigilo, a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes

Artigo 8.º **Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Artigo 9.º **Proteção de dados pessoais e RGPD**

- 1.** O adjudicatário obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e

quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.

2. Os dados pessoais a que o adjudicatário tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Entidade Adjudicante ao abrigo do contrato, serão tratados em estrita observância das instruções desta Entidade e da legislação de Proteção de Dados Pessoais, nomeadamente do Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais (RGPD - Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016) e da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do referido Regulamento Comunitário.

3. O adjudicatário compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Entidade Adjudicante ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pela referida Entidade Adjudicante.

4. O Adjudicatário obriga-se a cumprir rigorosamente o disposto na Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto e demais legislações aplicáveis em matéria de tratamento de dados pessoais e nomeadamente a:

- a.** Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Entidade Adjudicante, única e exclusivamente para efeitos da prestação dos serviços objeto deste contrato;
- b.** Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;
- c.** Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;
- d.** Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a Entidade Adjudicante, esteja especialmente vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
- e.** Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da Entidade Adjudicante, contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou os acessos não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;
- f.** Prestar à Entidade Adjudicante, toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter esta Entidade informada em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo

possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais ou dos termos do instrumento de legalização concedido;

- g.** Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade.

5. Adotar medidas de segurança previstas no artigo 32.º do RGPD, que assegurem a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade e a resiliência dos sistemas e serviços que tratam dados pessoais e possuir um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia destas medidas.

6. Prestar a assistência necessária à Entidade Adjudicante no sentido de permitir que estas cumpram a obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados, tendo em vista o exercício dos Direitos previstos no RGPD, nomeadamente o direito de acesso do titular aos seus dados pessoais, direito de retificação e direito ao apagamento dos dados.

7. Garantir mecanismos de notificação efetivos em caso de violação de dados pessoais;

8. O Adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a Entidade Adjudicante, venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do mesmo e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.

9. Para efeitos do disposto na alínea g) do n.º 4 da presente cláusula, entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao adjudicatário, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o adjudicatário e o referido colaborador.

10. A obrigação de sigilo prevista na alínea c) do número 4 da presente cláusula mantém-se mesmo após a cessação do contrato, independentemente do motivo por que ocorra.

Artigo 10.º

Patentes, licenças e marcas registadas

São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da obtenção ou utilização, no âmbito do contrato, de patentes, licenças ou marcas registadas.

Artigo 11.º

Alterações ao contrato

1. Qualquer alteração contratual deverá constar de documento escrito assinado por ambas as partes e produzirá efeitos a partir da data da respetiva assinatura.

2. A parte interessada na alteração deve comunicar, por escrito, à outra parte essa intenção, com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração;

3. O contrato pode ser alterado por:

- a. Acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene que o contrato;
 - b. Decisão judicial ou arbitral;
 - c. Razões de interesse público.
4. A alteração do contrato não pode conduzir à modificação de aspetos essenciais do mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

Artigo 12.º

Deveres de colaboração recíproca e informação

As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato, sem prejuízo dos deveres previstos no artigo 290.º do CCP.

Artigo 13.º

Subcontratação

A subcontratação é admitida e será regulada nos termos do estabelecido no CCP.

Artigo 14.º

Sanções

1. Sem prejuízo do direito de resolução do contrato e das demais penalidades previstas na Lei, o IPB pode, em qualquer altura, por comprovado incumprimento das obrigações que sobre o prestador recaem, nos termos do contrato ou dos demais documentos contratuais aplicáveis, aplicar penalidades nos termos dos números seguintes:
- a. Caso se verificarem incumprimentos nas disposições previstas nas Cláusulas Técnicas, o adjudicatário incorrerá numa penalização de 10% sobre o valor mensal dos trabalhos;
 - b. Durante a vigência do contrato, o adjudicatário ou um dos seus técnicos, devidamente credenciado, obriga-se a assistir às reuniões que forem marcadas. O adjudicatário incorrerá numa penalização de 10% sobre o valor mensal dos trabalhos em caso de ausência injustificada;
 - c. A infração à obrigação prevista no n.º 2 do artigo 5.º será penalizada por uma quantia igual a 10% sobre o valor mensal dos trabalhos;
 - d. valor total da multa aplicada, resultante dos incumprimentos referidos nas alíneas a), b) e c) não poderá, no entanto, ultrapassar 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, independentemente da sua celebração por escrito;
 - e. Caso seja atingido o limite da alínea anterior e o contraente público decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, o limite previsto é elevado para 30%.
2. A aplicação da multa será notificada à empresa adjudicatária nos 8 (oito) dias após a tomada dessa decisão, podendo a mesma, caso o entenda, deduzir a sua defesa ou impugnação.

3. O valor da multa indicado nas alíneas a) e c), poderá eventualmente ser diminuído ou anulado, a pedido escrito do adjudicatário, quando se verifique que o tipo de serviço em causa, no âmbito da prestação de serviços, foi bem executado e que o atraso havido, não foi motivado por incúria ou má orientação do adjudicatário (quer a título de dolo como de negligência). A devolução do valor perdoado da multa será efetuada aquando da liquidação da última fatura.

4. As importâncias resultantes da aplicação das multas serão deduzidas no primeiro pagamento que seguiu à sua aprovação.

5. Havendo lugar a penalidades, o correspondente valor será deduzido na importância a pagar ao adjudicatário.

Artigo 15.º

Casos fortuitos ou de força maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, for impedida de cumprir as obrigações assumidas.

2. Entende-se por caso fortuito ou de força maior qualquer situação ou acontecimento imprevisível e excecional, independente da vontade das partes, e que não derive de falta ou negligência de qualquer delas.

3. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

Artigo 16.º

Preço base

1. O preço base do procedimento, para os efeitos decorrentes do artigo 47.º do CCP é de **€480.721,50 (Quatrocentos e oitenta mil setecentos e vinte e um euros e cinquenta cêntimos)**, que corresponde a um **preço base unitário de €10,50 (dez euros e cinquenta cêntimos) por árvore**, acrescidos do Imposto Sobre o Valor Acrescentado, se este for legalmente devido.

2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao IPB.

Artigo 17.º

Preço Contratual

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato e pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o IPB deve pagar ao adjudicatário os serviços efetivamente prestados.

2. O valor total da proposta adjudicada não poderá ser superior ao preço máximo fixado no presente Caderno de Encargos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

3. O preço referido no número anterior incluirá todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes, licenças e autorizações.

Artigo 18.º

Faturação e Condições de pagamento

- 1.** O Adjudicatário apresentará mensalmente, caso se verifique a prestação dos serviços contratados, à Entidade Adjudicante, uma fatura correspondente aos serviços prestados no mês anterior, que deverá mencionar o respetivo n.º de compromisso e/ou n.º de nota de encomenda.
- 2.** As faturas devem ser apresentadas até ao 5.º dia do mês seguinte à prestação de serviços.
- 3.** Os pagamentos são efetuados no prazo de **30 (trinta) dias** após a apresentação da respetiva fatura, nos termos do n.º 4 do artigo 299.º do CCP.
- 4.** Não poderão ser propostos adiantamentos por conta dos serviços a prestar.
- 5.** Os pagamentos serão suspensos e proceder-se-á à sua redução sempre que a prestação de serviços não seja executada de acordo com o estabelecido nas cláusulas técnicas.
- 6.** Em caso de incumprimento das obrigações pecuniárias é aplicável o disposto nos artigos 299.º, 299.º-A e 326.º do CCP.
- 7.** Ao abrigo do art.º 299.º-B do CCP, os adjudicatários são obrigados a emitir faturas eletrónicas.
- 8.** As faturas eletrónicas deverão ser transacionadas através do prestador de serviços de faturação eletrónica da entidade adjudicante:

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE PRESTADORA DO SERVIÇO (BROKER)

Nome: YET

NIPC: 508851360

Morada: Edifício PRIMAVERA, Rua Dr. Egídio Guimarães, nº 74 Lamações

Cód. Postal: 4719-006 Braga

INFORMAÇÃO PARA CONTACTO ENTIDADE PRESTADORA DO SERVIÇO (BROKER)

Nome: YET

Telefone: 253309903

Email: intervan@yetspace.com

Artigo 19.º

Resolução por parte do contraente público

- 1.** Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Instituto Politécnico de Bragança pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o

prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços.

Artigo 20.º

Resolução por parte do prestador de serviços

1. O adjudicatário poderá exercer o direito à rescisão do contrato nos casos previstos na lei ou no contrato.

2. A decisão da rescisão terá de ser fundamentada e não poderá afetar os fornecimentos num prazo de 120 dias a contar da data da notificação à entidade pública contratante.

3. O adjudicatário poderá desistir da rescisão do contrato atendidas as justificações apresentadas pela entidade pública contratante ou cumpridas as respetivas obrigações.

4. Em caso de rescisão por razões imputáveis à entidade pública contratante, o adjudicatário terá direito a ser indemnizado pelos danos emergentes e lucros cessantes.

5. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato [com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos].

Artigo 21.º

Caução

1. Nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.º 88.º do CCP, não é exigida caução.

2. A entidade adjudicante pode, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até 10 % do valor dos pagamentos a efetuar, nos termos do n.º 3 do artigo 88.º do CCP.

Artigo 22.º

Uso de sinais distintivos

Nenhuma das partes pode utilizar a denominação, marcas, nomes comerciais, logótipos e outros sinais distintivos do comércio que pertençam à outra sem o seu prévio consentimento escrito.

Parte II

Especificações técnicas, requisitos, avaliação e monitorização

Artigo 23.º

Níveis de serviço e requisitos técnicos, funcionais e ambientais

O fornecedor obriga-se a assegurar o serviço descrito no **Anexo A e B** deste caderno de encargos.

Artigo 24.º

Modelo de reporte e Monitorização

Para o acompanhamento da execução do contrato, o adjudicatário fica obrigado a manter, com a periodicidade necessária e definida pelas partes, reuniões de coordenação com os representantes do IPB, das quais deve ser lavrada ata a assinar por todos os intervenientes na reunião.

Parte III

Disposições Finais

Artigo 25.º

Comunicações e Notificações

- 1.** Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
- 2.** Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.
- 3.** À data das notificações e comunicações é aplicável o artigo 469.º do CCP.

Artigo 26.º

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal da comarca de Bragança, com expressa renúncia a qualquer outro.

Artigo 27.º

Direito aplicável

Em tudo o omissa no processo que constitui o presente procedimento, observar-se-á o disposto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que aprova o CCP, na sua redação atual e demais legislação aplicável.

ANEXO A- Cláusulas Técnicas

Cláusula 1.^a – Condições

1. A utilização das estirpes *hipovirulentas de Cryphonectria* parasítica está reservada a técnicos e aplicadores devidamente habilitados nos termos da Lei nº26/2013, de 11 de abril, e deve ser feita com acompanhamento técnico adequado;
2. O IPB, através do seu Laboratório de Sanidade Vegetal, será responsável pela coordenação científica do programa e desenvolvimento das formulações de estirpes hipovirulentas conforme a tecnologia IPB e respeitando as normas de qualidade.
3. Compete, à entidade adjudicante, produzir e distribuir o agente biológico- AB (Dictis – nome de código atribuído pelo IPB) necessário;

Cláusula 2.^a - Área de intervenção

1. A área de intervenção, localizada no concelho de Vinhais é de 13.385,52 ha e corresponde à área aprovada na operação PDR2020-813-058884.
2. A área de intervenção encontra-se devidamente assinalada no terreno.
3. Em Anexo I ao presente Caderno de Encargos, encontra-se a cartografia com a área de intervenção.

Cláusula 3.^a - Regime da prestação de serviços

As condições técnicas de execução dos trabalhos são as constantes do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 4.^a - Organização e meios do adjudicatário

1. Compete ao adjudicatário o apetrechamento e obtenção de todos os meios humanos e materiais que sejam necessários à execução das ações a desenvolver no âmbito da prestação de serviços, bem como o estabelecimento de todo o sistema de organização necessário, à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo, descrevendo na proposta de forma clara os procedimentos e meios a que se obriga.
2. Se o IPB verificar que os meios utilizados pelo adjudicatário são insuficientes ou mesmo inadequados à boa execução dos trabalhos da sua atribuição, poderá impor o seu reforço, incluindo a aquisição de meios materiais ou a administração de meios humanos, a sua modificação ou substituição.

Cláusula 5.^a - Meios de organização e segurança

1. Compete, ao adjudicatário, organizar e gerir integralmente todos os sistemas que considere necessários para realizar as tarefas descritas, a fim de garantir que os trabalhos sejam efetuados com o nível máximo de segurança.

2. O adjudicatário será responsável por qualquer dano ou prejuízo que o pessoal da empresa possa causar ao material vegetal, elementos construídos, pessoas e/ou bens particulares ou públicos.

Cláusula 6.ª - Meios materiais

1. Compete, ao adjudicatário, o fornecimento de todos os meios materiais necessários ao cumprimento integral do previsto em caderno de encargos, incluindo a sua eventual aquisição, manutenção e exploração, obrigando-se a manter ao serviço e em bom estado o equipamento constante da proposta.

2. De entre outros, incluem-se as ferramentas, equipamentos, veículos, equipamentos de proteção individual, materiais e produtos necessários à realização da prestação de serviços.

Cláusula 7.ª - Vistorias e controlo da prestação de serviços

O IPB reserva-se no direito de durante e após a execução do serviço e sempre que o entender, levar e efeito visitas de rotina e vistorias com ou sem pré-aviso às áreas contratualizadas a fim de verificar se a prestação de serviços está a ser feita de acordo com o estipulado neste Caderno de Encargos.

Cláusula 8.ª – Metodologia

1. O adjudicatário deve contactar e obter autorização prévia dos proprietários dos castanheiros a intervencionar.

2. Os tratamentos deverão ser efetuados em árvores infetadas com Cancro do Castanheiro.

3. Os tratamentos incidirão, em média, em 6 árvores/hectare.

4. O tratamento é efetuado através da aplicação de estirpes hipovirulentas de *Cryphonectria parasítica*, o mais próximo possível dos tecidos afetados, na zona sã.

5. A aplicação deve ser realizada por um dos seguintes métodos:

a. Por pincelagem — aplicação com recurso a um pincel, sobre escarificações pouco profundas executadas previamente;

b. Por furos - aplicação com recurso a uma pipeta em furos com uma distância média entre si de 2 cm, executados previamente.

6. As árvores tratadas deverão ser devidamente assinaladas no terreno.

7. As árvores tratadas deverão ser georreferenciadas.

8. Todos os tratamentos realizados serão registados numa base de dados centralizada. Entre outros elementos a cada árvore tratada deverá estar associada, no mínimo, os seguintes elementos: identificação do produtor, da parcela (com o n.º de parcelário), referência e quantidade do agente biológico (AB) utilizado, data de realização do

tratamento, aplicadores envolvidos na aplicação, referência e quantidade de formulação utilizada e métodos de aplicação.

9. Os serviços de tratamento com recurso a estirpes são realizados durante o período de atividade vegetativa do castanheiro, normalmente de 15 de março a 15 de outubro.

10. Os serviços a prestar deverão cumprir o seguinte faseamento:

- a) 1.º Ano — 50 % das árvores a tratar;
- b) 2.º Ano — 50% das árvores a tratar.

11. São admitidos desvios máximos de 10 % ao faseamento previsto no ponto anterior, podendo este ser ajustado por iniciativa do IPB ou sob proposta do adjudicatário, desde que devidamente aprovada.

Cláusula 9.ª – Entregáveis

1. Entregar, até ao dia 25 de cada mês, o plano de trabalhos/atividades a efetuar no mês seguinte, sujeito a validação pelos serviços técnicos do IPB.

2. Entregar, conjuntamente com a fatura mensal, relatório de execução do serviço prestado nesse mês. Do relatório mensal, deverá ainda constar todo o tipo de anomalias/incidentes detetados pelo adjudicatário.

3. Entregar, mensalmente, a cartografia vetorial em formato shapefile, tipo "Ponto", com a georreferenciação das árvores intervencionadas e com os atributos referidos no n.º 7 da cláusula anterior.

ANEXO B – Especificações Técnicas

A prestação do serviço deve ainda ter em conta as seguintes especificações técnicas:

- 1.** Equipa de coordenação com competências técnicas e com formação superior na área das Ciências Agronómicas e/ou Florestais;
- 2.** Equipa técnica e os aplicadores deverão estar habilitados nos termos da Lei nº 26/2013 de 11 de abril e possuírem formação específica para aplicação da Luta Biológica por hipovirulência com estirpes hipovirulentas de *Cryphonectria parasítica* (comprovado por certificados);
- 3.** Possuir competências Técnicas em SIG (sistema de informação geográfica);
- 4.** Ter competências na utilização das Bases de dados do iSIP (Sistema de Identificação Parcelário – IFAP);
- 5.** Durante a execução do contrato, o adjudicatário é representado por um técnico responsável com a formação adequada, salvo nas matérias em que, em virtude da lei, se estabeleça diferente mecanismo de representação;
- 6.** Após a assinatura do contrato, o adjudicatário confirmará, por escrito, no prazo de 5 dias, o nome do técnico responsável, indicando a sua qualificação técnica, devendo esta informação ser acompanhada por uma declaração subscrita pelo técnico designado, assumindo a responsabilidade;
- 7.** Sempre que haja substituição temporária ou definitiva do referido representante, deve ser dada ao IPB a prévia identificação do respetivo substituto;
- 8.** Os técnicos devem ter disponibilidade para a presença diária nas áreas incluídas na prestação de serviços e estar presente sempre que para tal sejam convocados;
- 9.** Serem associados, ou subscreverem o Programa Experimental para Tratamento do Cancro do Castanheiro com Base em Estirpes hipovirulentas de *Cryphonectria parasítica*;
- 10.** Obedecer ao que se encontra definido no Ofício Circular da DGAV nº30/2015 de 10 de novembro no que respeita ao armazenamento e disponibilização de formulações contendo estirpes *hipovirulentas de Cryphonectria parasítica*.